

Tentando corrigir uma "injustiça" em nosso editorial de ontem — mostrávamos aos que têm afirmado, desanimados, que "nada mudou" com o advento da Nova República, que, ao contrário, muita coisa mudou para pior, como provam os novos conceitos super-explicitos de administração pública implantados pelo sr. Orestes Quércio — acabamos cometendo outra, muito mais grave.

12 JUN 1987

É verdade que o governador Orestes Quércio foi o primeiro a revelar aos ingênuos eleitores do PMDB das mudanças já o que ele entendia por isso, embasbacando-os com a formulação das novas prioridades para a escolha dos nomes para preencher os cargos públicos — aquela história da "lealdade" — a palavra correta seria **cumplicidade** — se sobrepondo à honestidade e mesmo à competência etc. Mas o que os fatos têm mostrado é que ele não é o único adepto desta teoria — o que, aliás, já se sabia — e nem mesmo o único a pô-la em prática de modo explícito, o que foi a sua grande inovação. E infelizmente o seu principal concorrente neste tipo de comportamento consegue, por estar ocupando o mais alto dos cargos na hierarquia desta República, efeitos muito mais daninhos que os obtidos pelo governador paulista, seja pela importância dos cargos para os quais nomeia homens apenas "leais", seja pelo exemplo moralmente corrosivo que ele dissemina por toda a Nação com muito maior eficácia do que o governador paulista consegue fazer da sua comparativamente modesta tribuna. Falamos, é claro, de sua excelência o presidente José Sarney.

Para não voltarmos muito no tempo, o que tornaria este espaço insuficiente para um relato, ainda que superficial, de toda a rica coleção de fatos que mostram o quanto o sr. Sarney foi mais longe que o seu precursor paulista em matéria de explicitude, podemos começar lembrando apenas as manobras de sua excelência nos dias que se seguiram ao dia do fico menos, quando expressou o seu desejo de continuar nos atanzando por mais três anos. Nesta altura, os leitores se recordarão, o presidente já se tinha aparelhado do mais leal — no sentido quercista da palavra — dos seus servidores, o novo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira. Mas foi só depois do dia do fico menos que ele aderiu explicitamente à explicitude nua e crua que até então era exclusiva do franco governador paulista, mandando um recado a todos os outros ministros menos leais que, daquele momento em diante, só ele tinha o poder de nomear na máquina administrativa federal e nas empresas estatais, qualquer que fosse o ministério ao qual estivessem afeitos os cargos em questão.

Desanimado dos cacetíssimos problemas nacionais, sua excelência, numa volta às origens, passou a dedicar-se exclusivamente aos seus "presentes para o Maranhão" (Ferrovia Norte-Sul, Usimar e outros menores) e a utilizar os critérios quercistas prioritariamente para intrujá-los a uma nação que, de tão escandalizada, parece ter perdido a capacidade de reação (ou estará apenas acumulando gás para a grande explosão final?). E das palavras foi aos atos: primeiro foi o escandaloso festival de subornos sobre os governadores estaduais das regiões mais desenvolvidas do País, aos quais, em troca do "apoio" ao mandato de cinco anos, foram prometidos mundos e fundos. Esta primeira etapa da escalada de terrorismo econômico do presidente custou à Nação — pelo pânico que produziu entre os que já sofriam na pele as conseqüências do excesso de gastos públicos — o rompimento da barreira dos 20% ao mês de inflação...

Mas como no mundo da política profissional brasileira as "lealdades" podem ser tão facilmente vendidas quanto são facilmente compradas, esta primeira blitz do presidente não chegou a garantir-lhe o "apoio" necessário à sua permanência no poder por cinco anos, uma vez que vários dos que já tinham "fechado negócio" com ele "pularam para trás" logo em seguida, depois de avaliarem que talvez perdessem mais, em termos de "futuro político" — isto é, de permanência no poder —, do que poderiam conseguir deste precioso bem com o duvidoso dinheiro de Brasília. Assim o presidente maranhense decidiu explorar outro manancial que ele conhece bem, que é o das invejas e despeitos latentes, existentes em função dos desequilíbrios econômicos regionais. Espera, por esse expediente, conseguir não só impor à Nação revoltada os seus presentes ao Maranhão, apresentando-os como estímulos imprescindíveis ao desenvolvimento da região Norte e Nordeste, mas também conseguir da maioria numérica dos congressistas dessas regiões o definitivo "apoio" ao seu mandato de cinco anos.

E, sabendo que neste campo a propaganda é a alma do negócio, sua excelência tem superado o governador paulista em matéria de explicitude. Ontem ainda, os jornais noticiavam que ele acaba de adquirir por Cz\$ 4,5 bilhões concedidos "a fundo perdido" aos governadores dos estados e territórios da região amazônica, "para serem aplicados a seu critério", o apoio desses patriotas tanto à construção da Ferrovia Norte-Sul quanto ao seu mandato de cinco anos. Também entrou "de troco" no negócio a revogação do Decreto-Lei nº 1.164 que transferiu para o controle da União todas as terras da região amazônica localizadas às margens das rodovias já construídas, em construção ou simplesmente planejadas para a região. Agora elas voltam ao poder dos governadores locais que podem dispor delas como quiserem. O negócio foi fechado com um telefonema do "leal" ministro Aníbal Teixeira aos governadores do Amazonas, do Pará, de Goiás, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, durante uma reunião dos felizardos em Belém do Pará. Os governadores do Mato Grosso (Norte), do Acre e do Maranhão não estavam na reunião, mas seus vices os representavam para reclamar o seu quinhão...

Nos demais estados onde a lealdade dos governadores ainda não está solidamente garantida, o presidente vai agindo pelo seu outro instrumento de governo que é o do monopólio da distribuição de empregos, talvez mais oneroso para a Nação do que a simples distribuição de verbas, porque causa prejuízos muito mais duradouros. Ontem, por exemplo, a Associação Comercial de Minas Gerais enviou telex ao presidente, ao leal ministro do Planejamento e aos ministros Ronaldo Costa Couto e José Hugo Castelo Branco, protestando contra a indicação do sr. Paulino Cícero, para a presidência da Usiminas, e do sr. Euclides Cintra, para a direção da Acesita Energética, ambos candidatos não eleitos do PFL, respectivamente ao Senado e à Câmara Federal. O telex, assinado por Hiran Reis Correia, presidente da AC mineira, afirmava que o governo federal está adotando comportamento de "leiloeiro de cargos" e entregando as estatais mineiras a "políticos que não conseguem eleger-se", quando os cargos em questão requerem homens "altamente qualificados tecnicamente", o que "causará efeitos negativos para a economia deste estado e do País".

Obviamente, o sr. Hiran Correia está sendo modesto em seu vaticínio. Provavelmente não haverá sequer tempo para que todos os efeitos da má administração de uma ou outra estatal "leiloadas" pelo nosso presidente se manifestem. O seu simples alinhamento ao padrão superexplícito de administração pública do governador paulista, seguido dos atos de terrorismo econômico que constituem os repetidos anúncios de "negócios fechados" por ele com políticos e governadores com a lealdade à venda, sempre traduzidos no anúncio de novos e vultosíssimos "investimentos públicos", acabarão sendo, muito mais cedo do que se pensa, a derradeira pá de cal sobre os escombros que restaram da economia nacional do tempo em que o sr. José Sarney ainda dizia que estava procurando acertar...